

Demonstrações financeiras

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido8

Demonstração dos fluxos de caixa9

Notas explicativas às demonstrações financeiras10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.
Trairi - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Campos de Cima da Serra Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.567	985
Contas a receber	5	3.570	3.399
Estoques		1.338	1.286
Impostos a recuperar		104	60
Despesas antecipadas		362	278
Outros		21	9
		24.962	6.017
Não circulante			
Depósitos judiciais		2	2
Imobilizado e Intangível	6	250.389	256.806
Ativo de direito de uso	7	322	-
		250.713	256.808
Total do ativo		275.675	262.825

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	5.174	2.420
Impostos e contribuições a recolher		705	538
Dividendos a pagar	16	31.660	9.083
Arrendamentos	7	122	-
Outras contas a pagar		2	12
		37.663	12.053
Não circulante			
Arrendamentos	7	208	-
		208	-
Patrimônio líquido	10		
Capital social		101.362	101.362
Reservas de lucros		33.075	43.560
Ajustes de avaliação patrimonial		103.367	105.850
Total do patrimônio líquido		237.804	250.772
Total do passivo e do patrimônio líquido		275.675	262.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	11	36.344	38.754
Custo de geração de energia	12	(11.938)	(14.884)
Lucro bruto		24.406	23.870
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	12	(2.937)	(3.251)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	20	(219)
		(2.917)	(3.470)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		21.489	20.400
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	833	283
Despesas financeiras	14	(48)	(15)
		785	268
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.274	20.668
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(1.565)	(1.311)
Lucro líquido do exercício		20.709	19.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	20.709	19.357
Total do resultado abrangente do exercício	20.709	19.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital social	Reservas de lucros Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
	Notas					
Em 31 de dezembro de 2022		101.362	43.596	108.312	-	253.270
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	10.c	-	(17.016)	-	-	(17.016)
Realização da avaliação patrimonial	10.b	-	2.462	(2.462)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.357	19.357
Destinação do resultado:						
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.839)	(4.839)
Reserva de dividendos complementares		-	14.518	-	(14.518)	-
Em 31 de dezembro de 2023		101.362	43.560	105.850	-	250.772
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	10.c	-	(28.500)	-	-	(28.500)
Realização da avaliação patrimonial	10.b	-	2.483	(2.483)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.709	20.709
Destinação do resultado:						
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(5.177)	(5.177)
Reserva de dividendos complementares		-	15.532	-	(15.532)	-
Em 31 de dezembro de 2024		101.362	33.075	103.367	-	237.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.274	20.668
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação de ativo imobilizado e amortização de intangível	6	7.374	9.434
Baixa de ativo imobilizado	6	74	208
Amortização de ativo de direito de uso	7	64	113
Juros sobre arrendamento	7	19	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(171)	(2.357)
Estoques		(52)	(253)
Impostos a recuperar		(44)	(2)
Despesas antecipadas		(84)	26
Depósitos judiciais		-	(2)
Outros		(12)	24
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		2.754	222
Impostos e contribuições a recolher		(23)	3
Outras contas a pagar		(10)	12
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.375)	(1.174)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		30.788	26.923
Atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(1.031)	(2.155)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(1.031)	(2.155)
Atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento - principal	7	(75)	(138)
Dividendos pagos		(11.100)	(24.800)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(11.175)	(24.938)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		18.582	(170)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		985	1.155
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		19.567	985
Variação de caixa e equivalentes de caixa		18.582	(170)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Energética Campos de Cima da Serra Ltda. (“ECCS” ou “Empresa”), cuja sede social é localizada na localidade de Pedra Lisa, acesso pela Estrada Vicinal Municipal, à margem do Rio das Antas, no distrito de Cazuza Ferreira, cidade de São Francisco de Paula, no estado do Rio de Janeiro, é uma entidade limitada que tem por objeto: a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente da Pequena Central Hidrelétrica Passo do Meio (“PCH Passo do Meio” ou “PCH”); b) a produção e comercialização da potência e da energia gerada pela PCH; c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõe a PCH; d) comercialização de créditos de carbono; e e) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Empresa foi constituída em 19 de abril de 2001, e atualmente é controlada diretamente pela Elera Renováveis S.A. e indiretamente pela Elera Renováveis Participações S.A.

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Passo do Meio	30	RES 227/2000	Outubro de 2033	Bom Jesus – RS / São Francisco de Paula - RS

Em 20 de outubro de 2003, foi publicado o Despacho nº 779, que autorizou a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 da PCH Passo do Meio, a partir da zero hora do dia 17 de outubro de 2003.

A PCH Passo do Meio entrou em Operação Comercial das unidades geradoras 1 e 2 a partir de 30 de outubro de 2003, conforme o Despacho ANEEL nº 798 de 2003.

Em 18 de março de 2002, foi publicado a Resolução nº 116, que a transferiu a empresa Calçados Azaléia S.A. para a empresa Energética Campos de Cima da Serra Ltda., os 50% (cinquenta por cento) da participação na exploração do aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Passo do Meio, localizado no rio das Antas, Municípios de Bom Jesus e São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 20 de outubro de 2008, foi publicado a Resolução nº 1613, que a transferiu da Brascan Energética S.A. para a Energética Campos de Cima da Serra Ltda., os 50% (cinquenta por cento) da participação que detém na exploração da PCH Passo do Meio, objeto da Resolução nº 227, de 13 de junho de 2000, localizada nos Municípios de Bom Jesus e São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 22 de setembro de 2020, foi publicado o Despacho nº 2721, que suspendeu operação comercial das unidades geradoras da PCH Passo do Meio.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 29 de outubro de 2021, foi publicado o Despacho nº 3484, que restaurou a operação comercial das unidades geradoras UG1 a UG4, de 7.500,00 kW cada, da PCH Passo do Meio.

Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução nº 227/2000 (14 de junho de 2000), encerrando em 14 de junho de 2030

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Passo do Meio teve seu prazo de outorga estendido para 16 de junho de 2032.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Passo do Meio teve prazo de outorga estendido para 30 de outubro de 2033.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão do prazo de outorga para a PCH Passo do Meio em acordo com o disposto na Lei 14.182.

A Empresa possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Cliente	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Parte Relacionada	01/01/2021	31/12/2028

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$12.701 (R\$6.036 negativo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de dividendos a pagar que em 2024 tem o valor de R\$31.660 (R\$9.083 em 2023). Em 2024, a Empresa apresentou lucro líquido do exercício de R\$20.709 (R\$19.357 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$30.788 (R\$26.923 positivo em 2023).

A Administração da Empresa entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Empresa de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de abril de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Empresa aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Empresa atua, sendo a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 6);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 7); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 9).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber, depósitos judiciais, entre outros.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Empresa deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Empresa estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Empresa não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Empresa são demonstradas na Nota 6 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 6.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Empresa não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as Empresas cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Empresa optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Empresa é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Empresa possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Empresa tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Empresa não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Empresa avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Empresa está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	20	38
Aplicações financeiras (*)	19.547	947
Total	19.567	985

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras (equivalentes de caixa) estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	572	901
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	18.975	46
			19.547	947

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	-	1
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	2.316	1.255
Contas a receber com partes relacionadas (nota 16)	1.254	2.143
Total	3.570	3.399

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	3.469	3.399
Saldo vencido de 121 a 150 dias	29	-
Saldo vencido há mais de 150 dias	72	-
Total	3.570	3.399

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado e Intangível

	Em serviço				Em curso		Intangível	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	GSF (d)	
31 de dezembro de 2022	128	57.049	351.018	18.914	1.607	13.927	11.105	453.748
Adições	-	-	-	-	144	2.011	-	2.155
Baixas	-	-	-	-	(208)	-	-	(208)
Transferências	-	1.508	192	(217)	(305)	(1.178)	-	-
31 de dezembro de 2023	128	58.557	351.210	18.697	1.238	14.760	11.105	455.695
Adições	-	-	-	-	68	963	-	1.031
Baixas	-	(312)	-	-	-	(47)	-	(359)
Transferências	-	2.690	442	133	(3)	(3.262)	-	-
31 de dezembro de 2024	128	60.935	351.652	18.830	1.303	12.414	11.105	456.367
31 de dezembro de 2022	(58)	(35.056)	(148.221)	(5.589)	-	-	(531)	(189.455)
Adições de depreciação	(2)	(1.942)	(6.714)	(534)	-	-	(242)	(9.434)
31 de dezembro de 2023	(60)	(36.998)	(154.935)	(6.123)	-	-	(773)	(198.889)
Adições de depreciação	(2)	(1.310)	(5.585)	(477)	-	-	-	(7.374)
Baixas	-	285	242	-	-	-	(242)	285
Transferências	-	80	(141)	61	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	(62)	(37.943)	(160.419)	(6.539)	-	-	(1.015)	(205.978)
Total em 31 de dezembro de 2023	68	21.559	196.275	12.574	1.238	14.760	10.332	256.806
Total em 31 de dezembro de 2024	66	22.992	191.233	12.291	1.303	12.414	10.090	250.389

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Empresa efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Empresa para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Empresa optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio de fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$227.438, registrado no ativo imobilizado. Não foi constituído passivo diferido sobre o montante uma vez que a Empresa apura impostos com base no lucro presumido.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

d) Intangível - Extensão de outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Empresa reconheceu o valor de R\$9.721, bem como extensão de 24 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Empresa, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em recuperação de custos é inferior ao custo total com GSF ("*Generation Scaling Factor*" ou Fator de Ajuste de Garantia Física) coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

d) Intangível - Extensão de outorga--Continuação

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Empresa reconheceu o montante adicional de R\$1.384, bem como extensão de 24 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE.

7. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição do Ativo de direito de uso é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Veículos</u>
31 de dezembro de 2022	289
Adições	67
31 de dezembro de 2023	356
Adições	386
31 de dezembro de 2024	742
<u>Depreciação</u>	
31 de dezembro de 2022	(243)
Adições de depreciação	(113)
31 de dezembro de 2023	(356)
Adições de depreciação	(64)
31 de dezembro de 2024	(420)
Total em 31 de dezembro de 2023	-
Total em 31 de dezembro de 2024	322

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, de equipamentos delimitados a outorga, maio de 2061.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	448	-
Ajuste a valor presente	(118)	-
	330	-
Passivo circulante	122	-
Passivo não circulante	208	-

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	-	70
Adições	386	67
Pagamento	(75)	(138)
Juros sobre arrendamento (nota 14)	19	1
Saldo final	330	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Empresa para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2026	122
2028	86
	208

8. Contas a pagar

	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	405	-
Fornecedores	815	238
Seguros	4	-
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 16)	3.950	2.182
Total	5.174	2.420

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

(a) Principais processos com probabilidade de perda possível

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contingenciado classificado como de perda possível por seus assessores legais é de R\$24, relativo a duas impugnações à notificações de lançamento de crédito tributário (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Ações ambientais

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contingenciado classificado como de perda possível por seus assessores legais é de R\$15, relativo a um auto de infração ambiental de responsabilidade de terceira contratada (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Processos tributários	24	-
Processos ambientais	15	-
Total	39	-

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$101.362, dividido em 101.362.240 (cento e um milhões e trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva de retenção de lucros*

O Contrato Social da Empresa prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos cotistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Embora a Empresa seja limitada, a Administração adota a lei das S.A. conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Empresa devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Empresa.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Empresa realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Empresa efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

c) Dividendos

O Contrato Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Contrato Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos cotistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Declaração de dividendos ocorrida no exercício corrente

- Em 11 de dezembro de 2024, os cotistas, por meio da Ata de Reunião de Sócios, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$26.483.
- Em 12 de junho de 2024, os cotistas, por meio da Ata de Reunião de Sócios, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$2.017.

Desta forma, totalizando R\$28.500 como declaração de dividendos ocorrida no exercício corrente.

Declaração de dividendos ocorrida no exercício anterior

Em 23 de março de 2023, os cotistas, por meio da Ata de Reunião de Sócios, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$17.016 (R\$167,86 por lote de mil ações).

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	2024	2023
<u>Receita operacional bruta</u>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	-	18
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16)	33.871	35.830
Resultado com MRE e CCEE (*)	3.983	4.361
(Nota 15)	37.854	40.209
 <u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
Impostos sobre a venda		
ICMS	-	(1)
PIS	(269)	(259)
COFINS	(1.241)	(1.195)
	(1.510)	(1.455)
 Receita operacional líquida	36.344	38.754

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Royalties ANEEL	(123)	(130)
Total custo do serviço de energia elétrica	(123)	(130)
 Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(127)	(42)
Viagens	(73)	(16)
Serviços de terceiros	(1.453)	(1.205)
Seguros	(677)	(629)
Pessoal	(10)	(22)
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível (nota 6)	(7.374)	(9.434)
Amortização de ativo de direito de uso (nota 7)	(64)	(113)
Manutenção	(213)	(469)
MRE/ CCEE	(1.396)	(2.426)
Telecomunicações	(239)	(289)
Promoção e publicidade	(16)	-
Outros custos	(173)	(109)
Total custo com operação	(11.815)	(14.754)
 Total de custos	(11.938)	(14.884)
 Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(12)	(4)
Rateio de despesas - partes relacionadas (nota 16)	(2.925)	(3.247)
Total das despesas administrativas e gerais	(2.937)	(3.251)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Multas e juros sobre tributos	(8)	(8)
Ganho (perda) na venda de ativos	28	(208)
Outras despesas operacionais	-	(3)
Total	20	(219)

14. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	827	283
Receita com juros	6	-
	833	283
Despesas financeiras		
Juros sobre o arrendamento (nota 7)	(19)	(1)
Imposto sobre operações financeiras	(6)	(13)
Despesas com juros e descontos concedidos	(23)	(1)
	(48)	(15)
Resultado financeiro	785	268

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
<u>Corrente</u>		
Imposto de renda	(1.033)	(851)
Contribuição social	(532)	(460)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.565)</u>	<u>(1.311)</u>

A Empresa calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) (nota 11)	37.854	37.854	40.209	40.209
ICMS	-	-	(1)	(1)
	37.854	37.854	40.208	40.208
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	3.028	4.542	3.217	4.825
Receitas financeiras	833	833	282	282
Outras receitas	20	20	2	2
Base de cálculo total	3.881	5.395	3.501	5.109
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(970)	(486)	(875)	(460)
Outros	(63)	(46)	24	-
Total	<u>(1.033)</u>	<u>(532)</u>	<u>851</u>	<u>(460)</u>

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	Nota	2024	2023
Ativo			
<u>Contas a receber</u>			
Elera Renováveis S.A.	(a)	1.254	2.143
	(Nota 5)	1.254	2.143
Passivo			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis Participações S.A.	(b)	-	30
Elera Renováveis S.A.	(b)	3.949	2.121
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(b)	-	19
Tangará Energia S.A.	(b)	1	2
Unidas Locações e Serviços S.A.	(b)	-	10
	(Nota 8)	3.950	2.182
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	31.660	9.083
		31.660	9.083
Receita			
<u>Venda de energia</u>			
Elera Renováveis S.A.	(d)	33.871	35.830
	(Nota 11)	33.871	35.830
Despesas gerais			
<u>Rateio de despesas</u>			
Elera Renováveis S.A.	(e)	(2.925)	(3.247)
	(Nota 12)	(2.925)	(3.247)

- (a) Contas a receber entre a Empresa e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Empresa e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos mínimos a serem pagos para a cotista da Empresa;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Prestação de serviços administrativos entre a Empresa e sua controladora;

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Empresa faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Empresa para o presente exercício social.

17. Cobertura de seguros

A Empresa tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$358.098 (R\$285.722 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 22 de junho de 2025.

A apólice de seguro mantida pela Empresa tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000.

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2022. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Empresa. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Empresa são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	20	-	20	38	-	38
Aplicações financeiras	-	19.547	19.547	-	947	947
Depósitos judiciais	2	-	2	2	-	2
Contas a receber	3.570	-	3.570	3.399	-	3.399
	3.592	19.547	23.139	3.439	947	4.386

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Empresa são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2024		2023	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar	5.174	5.174	2.420	2.420
Arrendamentos	330	330	-	-
Dividendos a pagar	31.660	31.660	9.093	9.083
	37.164	37.164	11.513	11.513

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Empresa classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Empresa não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Empresa não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Empresa são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Empresa estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Empresa, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Empresa são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Empresa a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Empresa honrar suas dívidas. A Empresa procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Empresa possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Empresa efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Empresa incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Empresa entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco hidrológico*

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Empresa tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para a mitigação do risco de geração a Empresa gerencia oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de energia alocada e oportunidades de compra de energia no mercado.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco de não renovação da autorização*

A Empresa detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Empresa não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	(322)
Adição de contratos de arrendamento	386
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	64
Arrendamento	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	330
Adições de contratos de arrendamento	(386)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(56)

* * *